



O FORTALECIMENTO DA DEFESA CIVIL

STF já declarou inconstitucional uma das fontes de financiamento.
Por Luiz Paulo, **página 2**



O CONSERVADORISMO CURITIBANO

É cada vez mais um reacionarismo clericalista e antipopular.
Por Gustavo Biscaia de Lacerda, **página 2**



RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E INVESTIDOR

Oportunidades para investidores de alto risco. Por Juliana Raffo e Carla Calzini (foto), **página 4**

Hotéis e bares defendem Perse, mas sem iFood e Airbnb

A Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares de São Paulo (Fhoresp) classifica como injusta a extinção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), do Governo Federal. A Receita Federal comunicou na semana passada que a renúncia fiscal do benefício atingirá seu teto de R\$ 15 bilhões ainda neste mês – a lei determina que o programa acabe em 2026 ou quando atingir o limite.

De acordo com a entidade, gigantes do setor de Tecnologia, como iFood e Airbnb, abocanharam boa parte do programa de uma forma que a Federação classifica como irregular. De fato, o iFood foi o maior beneficiado pelo programa de isenções fiscais destinada a apoiar o setor de eventos e turismo após a pandemia. O app de entregas atingiu o montante de R\$ 336,1 milhões (valor até setembro de 2024, último disponibilizado pela Receita).

O app de locações Airbnb ficou na quarta posição, com R\$ 96,6 milhões. Entre eles ficaram a Atlântica Hotéis (R\$ 128,1 milhões) e a Nolandis Emp. e Part (hotéis Iberostar), com R\$ 108,8 milhões. Em quinto lugar aparece o grupo de restaurantes Madero (R\$ 82,8 milhões).

Segundo o diretor-executivo da Fhoresp, Edson Pinto, iFood, Airbnb, Booking e até companhias aéreas acabaram se aproveitando do benefício e, desta forma, prejudicaram setores que ainda precisam de auxílio, dadas as dívidas contraídas na fase mais aguda da Covid.

Também criticam a adesão de pessoas jurídicas que não se enquadram no Perse, o que teria feito com que o programa ficasse inchado e atingisse seu limite antes mesmo do término de sua prorrogação.

Em seu site, o iFood se defende, dizendo que a lei do Perse “foi criada para beneficiar todo o ecossistema econômico que compõe o setor e incluiu empresas que exerciam atividades de intermediação de serviços e negócios, como é o caso do iFood”.

Reconhece que, para usufruir do benefício, buscou que a Justiça. “Apesar de o iFood ter obtido decisão favorável sobre o tema, não houve impacto nos resultados financeiros da empresa, já que a empresa ainda aguarda uma decisão final sobre o caso”, explicava a página, em 19 de novembro de 2024.

Atividade econômica acelera e deixa mercado perplexo

Índice do Banco Central avança quase 1%

Após recuo em dezembro de 2024, a atividade econômica brasileira cresceu no primeiro mês de 2025, de acordo com informações divulgadas nesta segunda-feira pelo Banco Central. O Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) registrou alta de 0,9% em janeiro em relação ao mês anterior, considerando os dados dessazonalizados (que levam em conta dados como número de dias úteis, por exemplo).

A média de estimativas do mercado financeiro era de alta de 0,22%. A resiliência da economia, que mostra sinais de força mesmo com o Banco Central elevando os juros para reduzir o ritmo, surpreendeu analistas. Para Sidney Lima,

analista CNPI da Ouro Preto Investimentos, o desempenho acima do esperado pode influenciar as próximas decisões de política monetária do Banco Central, “já que com a economia demonstrando um ritmo de crescimento mais robusto, a autoridade monetária pode considerar ajustes na taxa Selic para conter possíveis pressões inflacionárias decorrentes desse aquecimento econômico.”

Para Jorge Kotz, CEO da Holding Grupo X, “a alta do índice pode ser atribuída a ajustes pontuais em setores específicos, sem refletir uma melhora generalizada da economia. Por isso, ainda é cedo para afirmar que a tendência de crescimento será sustentável ao longo do ano,

especialmente se as condições fiscais e políticas internas continuarem instáveis.”

O Boletim Focus, que traz as estimativas do mercado financeiro para a economia, reduziu a previsão de crescimento de 2,01% para 1,99% em 2025. Não que as projeções se concretizem: em dezembro de 2023, no último boletim daquele ano, os analistas do mercado previam uma alta do PIB, em 2024, de 1,52%. O índice oficial do IBGE acabou ficando em 3,4%.

No mês, o IBC-Br atingiu 154,6 pontos. Na comparação com janeiro de 2024, houve crescimento de 3,6%. No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo em 3,8%.

Afastamento por transtornos mentais cresceu 67% em 2024

Doenças terão mesma relevância que outros riscos

Por **Gilmara Santos, especial para o Monitor**

Os casos de transtornos mentais seguem aumentando, e, segundo dados do INSS, o número de trabalhadores afastados por ansiedade e episódios depressivos cresceu 67% em 2024 em relação a 2023, totalizando 472,3 mil brasileiros.

Para as empresas, esse número passa a ser ainda mais relevante pela atualização da Norma Regulamentadora 1 (NR-1), que a partir de maio de 2025 passará a tratar a saúde mental com a mesma relevância de outros riscos ocupacionais, e os aspectos psicossociais serão oficialmente incluídos no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), tornando obrigatória sua identificação e gestão.

“A atualização da NR-1 representa um avanço fundamental na forma como a saúde mental é tratada dentro das organizações. A partir de maio, as empresas deverão identificar e gerenciar riscos psicossociais dentro do PGR, garantindo que fatores como sobrecarga, assédio e condições adver-

sas de trabalho sejam mapeados e mitigados com a mesma seriedade que outros riscos ocupacionais. Essa mudança estabelece um novo padrão de responsabilidade para as empresas e reforça a necessidade de ações concretas para a prevenção do adoecimento mental”, explica Tatiana Pimenta, fundadora e CEO da Vittude, empresa de desenvolvimento e gestão estratégica de programas de saúde mental corporativos.

Beatriz Tilkian, sócia da área de direito trabalhista do escritório Gaia Silva Gaede Advogados, explica que as empresas precisarão atualizar seus laudos e programas de gerenciamento de riscos para que analisem os aspectos psicossociais do ambiente de trabalho. Antes dessa atualização, eram considerados riscos no ambiente de trabalho apenas o contato com agentes químicos, físicos ou biológicos, como calor, ruído, poeira e produtos inflamáveis, além dos riscos ergonômicos.

“A inclusão de aspectos psicossociais como risco ocupacional é muito relevante. A preocupação com o bem-estar do trabalhador tem ganhado novos contornos no

meio jurídico, com a ampliação desse tema em algumas iniciativas do Estado, como, por exemplo, a criação da certificação para as empresas amigas da saúde mental (Lei 14.831, de 27 de março de 2024) e, mais recentemente, a nova redação da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho, mencionada nesta matéria”, afirma Beatriz.

Beatriz explica que as empresas precisarão se preparar para atuar em programas de cuidado com a saúde mental dos profissionais. Para aquelas que não o fizerem, será mais difícil afastar sua responsabilidade em relação ao nexo de causalidade entre eventuais doenças e o trabalho, o que pode gerar o pagamento de indenizações e até mesmo a fixação de parcelas para pensão vitalícia.

“A inércia em relação aos riscos identificados implica em um aumento dessa exposição, o que certamente irá ser prova em desfavor da empresa no futuro em caso de questionamentos decorrentes de fiscalizações ou ações trabalhistas”, comenta o advogado Henrique Soares Melo, do escritório NHM Advogados.

Dólar segue desabando; no Brasil fica abaixo de 5,70

O dólar segue mergulhando, apesar de a queda ter sido suavizada no pregão tardio desta segunda-feira. O índice do dólar, que mede a moeda norte-americana em relação a seis principais pares, perdeu 0,34% para 103,368 às 19h GMT. Este ano, o índice já caiu 4,68%.

No pregão tardio de Nova York, o euro avançou para US\$ 1,0926, de US\$ 1,0880 na sessão anterior, e a libra esterlina subiu para US\$ 1,2997, de US\$ 1,2931.

Bruno Shahini, especialista em investimentos da Nomad, afirma que moedas emergentes também aproveitam o movimento global e registram uma performance positiva diante do dólar, refletindo a ausência de forças contrárias vindas do exterior.

“O movimento de enfraquecimento do dólar ocorre em meio a um cenário de estímulos econômicos na China”, explica Shahini.

“O Brasil, como um dos principais parceiros comerciais da China, está bem posicionado para se beneficiar desse movimento, o que ajuda a explicar a valorização do real na sessão de hoje [17], complementa o especialista da Nomad.

A cotação do dólar frente ao real caiu abaixo de R\$ 5,70, cotado a R\$ 5,686, queda de 0,99%. A Bolsa de Valores B3 registrou alta de 1,46%, para 130.833,96 pontos, puxada por Petrobras e Vale, duas empresas que se beneficiam do movimento chinês.

As ações dos EUA também fecharam em alta.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R\$ 5,6872
Dólar Turismo	R\$ 5,9290
Euro	R\$ 6,2116
Iuan	R\$ 0,7862
Ouro (gr)	R\$ 550,27

ÍNDICES

IGP-M	1,06% (fevereiro)
	0,27% (janeiro)
IPCA-E	
	RJ (dezembro) 0,36%
	SP (dezembro) 0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

O conservadorismo curitibano como reflexo do Brasil

Por Gustavo Biscaia de Lacerda

Curitiba é reconhecidamente uma cidade conservadora. Esse conservadorismo sempre conjugou o respeito às tradições com inovações profundas; alguns exemplos disso são (1) o pronto apoio dos paranaenses à proclamação da República, em 1889, (2) o apoio ao regime republicano na Revolução Federalista (1893-1894), (3) a fundação da Universidade do Paraná (atual Universidade Federal do Paraná), em 1912, e, (4) entre os anos 1970 e 1990, as reformas urbanísticas de Jaime Lerner e sua equipe.

Como se sabe, o conservadorismo consiste em uma predileção pelos resultados acumulados historicamente e uma rejeição às inovações, em particular as inovações planejadas. Dessa forma, os conservadores mantêm uma grande distância da noção do progresso e aproximam-se dos reacionários, embora os reacionários rejeitem o progresso, enquanto os conservadores só mantenham reservas a respeito.

O conservadorismo curitibano consiste nessa reserva em relação ao progresso; no século 20 isso significou reserva, oposição, rejeição da “esquerda”. É uma questão mais política que filosó-

fica: afinal, em termos filosóficos, os quatro exemplos que demos acima foram defendidos explicitamente como progressos.

É claro que perspectivas reacionárias também foram defendidas, como quando Flávio Suplicy de Lacerda afirmou em 1939 que os poloneses tinham invadido a Alemanha e que, portanto, a atuação nazista em relação à Polônia era uma questão de defesa. (Diga-se de passagem, a mesma estrutura de argumentos é mobilizada atualmente em defesa da invasão russa sobre a Ucrânia.)

Todavia, nos últimos dez ou 15 anos o conservadorismo curitibano tem mudado de natureza, deixando a abertura a mudanças progressistas e enveredando cada vez mais por sendas reacionárias, em direção a mudanças regressivas.

O primeiro sinal disso é que o projeto de destruição da República brasileira – projeto efetivo, consciente e racional, anunciado até em artigo acadêmico (“Considerações sobre a Operação Mani Pulite” – *Revista CEJ*, Brasília, v. 8, n. 26, p. 56-62, 2004) – foi pensado, constituído e levado a cabo em seus primeiros anos em Curitiba.

Um segundo conjunto de sinais é que a equipe (curitibana) que se reuniu ao redor do autor do artigo

acima, incluindo aí o próprio autor do artigo, apoiou convictamente as ações e/ou integraram o governo de um líder político violento, autoritário, com notórios vínculos com a milícia carioca e cuja preocupação com o enriquecimento e com a família anda a par com explícitas intenções retrógradas.

O terceiro exemplo é que por pouco Curitiba não elegeu como prefeita uma jornalista radicalmente alinhada a esses políticos reacionários – jornalista para quem o transporte público deveria ser cobrado como se fosse um aplicativo, por quilometragem percorrida pelos passageiros, sem se preocupar que o transporte público é direcionado à população trabalhadora e com fundamentais efeitos sociais, econômicos e ambientais. (Na verdade, exatamente devido a esses efeitos, o transporte público deveria ser usado por toda a população – mas isso é outra discussão.)

Há traços menos evidentes ou, pelo menos, menos chamativos desse conservadorismo cada vez mais reacionário em Curitiba. Muitos desses traços têm orientações sociais diversas, mas no final apontam para uma única e mesma direção, que é, precisamente, o reacionarismo. Entre muitos casos possíveis, queremos

citar dois exemplos, um que indica exclusão social imediata e outro que degrada o próprio conservadorismo.

Como costuma acontecer nas grandes cidades, o Centro e os bairros nobres recebem vultosos recursos públicos, enquanto bairros periféricos e populares são deixados à míngua ou abandonados. Curitiba é modelar a respeito, em que o desprezo pelo popular tem sido acompanhado pela “gentrificação”, com um recente e brutal aumento do IPTU em bairros populares devido à especulação imobiliária – e, claro, sem que isso se reverta em melhoria da qualidade de vida desses bairros.

Além disso, a principal via que liga o Centro da cidade e a rodoferroviária ao aeroporto Afonso Pena (no município de S. José dos Pinhais) – a Av. Comendador Franco, apelidada de “Avenida das Torres” –, passou há cerca de uma década por um intenso processo de renovação, que tornou o seu trânsito mais fluido. Embora a Avenida das Torres seja margeada por bairros habitacionais, com trechos intensamente povoados, ela tem poucas faixas de pedestres, poucos sinaleiros e nenhuma passarela transversal.

Esse problema é menor no início da via, onde há uma antiga favela, a Vila das Torres, e a Prefeitura viu-se

obrigada a pôr três faixas de pedestres em cerca de 2 quilômetros; mas, depois, há faixas apenas a cada quilômetro (ou mais). Dessa forma, é uma via que ficou realmente muito bonita após sua remodelação; mas é uma via para veículos, não para pedestres. Que qualidade de vida isso promove?

Por outro lado, o cemitério municipal de Curitiba – que, em face da laicidade, tem o inadequado nome clericalista de “São Francisco de Paula” – é a área em que o Paraná antigo está enterrado, com belíssimos túmulos, alguns deles enormes monumentos. É claro que também estão enterradas ali muitas famílias que não são da elite, mas simples cidadãos.

Ora, durante a pandemia de covid-19, o cemitério municipal foi arrasado: as placas de metal foram roubadas em série, e túmulos foram depredados ou destruídos, sem que, desde então, tenha-se feito nada para corrigir esses problemas.

A manutenção individual dos túmulos é problema das famílias, mas a conservação do espaço como um todo é obrigação da Prefeitura de Curitiba, especialmente com furtos e depredação de bens sob responsabilidade municipal, contra uma parte importante da memória pública do estado e da cidade e durante uma longa

e agressiva pandemia. Aliás, a omissão – escandalosa – é também do Ministério Público, que nada fez.

Mas, ao mesmo tempo, nos últimos dez anos, a Prefeitura de Curitiba promoveu inúmeras ações explicitamente de apoio à Igreja Católica, com reforma de templos, parcerias institucionais muito vantajosas para a Igreja etc. O ativo apoio municipal à Igreja Católica ocorre ao mesmo tempo que a omissão a respeito do cemitério (cemitério “São Francisco de Paula”): ao mesmo tempo é o mais ativo clericalismo e o mais chocante desprezo pela memória pública.

Poderíamos dar muitos outros exemplos: a destruição em série de prédios e casas antigos na região central da cidade, em favor da especulação imobiliária de espigões; a imposição de serviços públicos apenas via internet de celular no Centro de Curitiba etc.

Mas o que vimos já dá o tom do atual conservadorismo curitibano: é cada vez mais um reacionarismo clericalista e antipopular. Lamentavelmente, esse é cada vez mais o retrato do conservadorismo brasileiro – e, cada vez mais, das elites políticas nacionais em geral.

Gustavo Biscaia de Lacerda é sociólogo da UFPR e doutor em Sociologia Política.

Mudanças climáticas e o fortalecimento dos sistemas de defesa civil

Por Luiz Paulo

O fortalecimento dos sistemas de defesa civil, da União, dos estados e municípios, é fundamental para enfrentar as catástrofes e os desastres ambientais provocados pela crise climática que têm se intensificado nas últimas décadas. Com o aumento da frequência e da gravidade de eventos climáticos extremos, com temperaturas elevadas, com precipitações pluviométricas altíssimas promovendo enchentes, enxurradas, deslizamentos e no oposto, secas prolongadas, queimadas, incêndios, crise

hídrica, desabastecimento, as comunidades estão cada vez mais vulneráveis.

A defesa civil tem um papel essencial na gestão de risco com eficiência através do planejamento, organização, coordenação e controle de ações de prevenção, criação de sistemas de alerta, assistência às vítimas e sensibilização e engajamento das populações que moram em áreas vulneráveis, além de capacitar seus agentes e apoiar obras de recuperação das áreas atingidas, mitigando os impactos dessas tragédias.

O Estado do Rio de Janeiro possui um sistema de defesa civil, coordenado pela Secretaria de De-

fesa Civil, tendo como um dos seus pilares o Corpo de Bombeiros, que carece de um maior nível de investimentos. Entretanto, a instituição ficará fragilizada em seu orçamento, visto que a taxa de incêndio, que é uma das dotações que o sustenta com R\$ 338 milhões/ano (valores de 2024), tende a desaparecer em curto prazo, reduzindo em 15,3% o montante que seria aplicado na Defesa Civil e no Corpo de Bombeiros.

O STF declarou a referida taxa inconstitucional em dois estados e julgará em repercussão geral a inconstitucionalidade da mesma, pois entende que a defesa

civil é um serviço público de Estado prestado de forma indivisível, sendo um dever do mesmo custeá-la.

Urge que o Estado do Rio de Janeiro reponha o valor que será perdido da taxa de incêndio e, ainda, amplie os investimentos nos sistemas de defesa civil estadual e municipais visando salvar vidas e reduzir danos materiais.

Para tanto poderá vincular recursos da compensação financeira (royalties e participações especiais) a que se refere o art. 20, § 1º, da CF a que faz jus o Estado do Rio de Janeiro. Além de tal vinculação, alocar recursos de duas novas fontes de investimentos obrigató-

rios do estado previstas na LC 212/25 (Propag), após a adesão do estado ao mesmo (até 31/12/25), e da cota parte do Estado do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) criado pelo art. 159-A da Reforma Tributária (EC 132/23), entre outros.

Tais recursos seriam investidos, principalmente, em capacitação de equipes de resgate, em construção de infraestrutura resiliente, no aprimoramento das tecnologias de monitoramento climático, na implementação de planos de contingência adequados e, até mesmo, em projetos para enfrentar a crise hídrica. Além disso permitiria, a integração

entre diferentes níveis de governo, organizações não governamentais e a população civil para garantir uma resposta eficaz.

O fortalecimento das defesas civis do estado e de seus municípios permitirá, ainda, um planejamento urbano que considere os riscos climáticos, evitando a ocupação desordenada de áreas vulneráveis. Portanto, os investimentos em sistemas de defesa civil não são apenas uma necessidade, mas uma prioridade estratégica para o presente e o futuro.

Luiz Paulo é deputado estadual (PSD-RJ).

Monitor Mercantil



Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à



Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R\$ 180,00
Plano anual: 12 x R\$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas



Monitor Mercantil S/A
Rua Marçílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192



FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Salário mínimo engole o Big Mac

Qual salário mínimo comprava mais Big Mac, o de 1995, ainda no início do Plano Real, ou o de 2025, 30 anos depois? Um pequenino e quase escondido post do UOL respondeu à pergunta: em 1995, um salário mínimo (R\$ 100) comprava 41 Big Mac (R\$ 2,42 cada). Hoje, com o piso salarial (R\$ 1.518) pode comprar 63 Big Mac (R\$ 23,90).

O índice Big Mac foi inventado pela revista britânica *The Economist* para medir se as taxas de câmbio de mercado para moedas de diferentes países estão supervalorizadas ou subvalorizadas. Ele utiliza o Big Mac vendido pelo McDonald's, pois usa os mesmos ingredientes em todo o mundo. É uma forma divertida de destacar as diferenças no poder de compra (PPC) de cada moeda.

Em fevereiro de 2025, a Suíça liderava o índice Big Mac, com custo equivalente a US\$ 8. Em segundo lugar aparecia a Argentina (US\$ 6,95), o que comprova a sobrevalorização de sua moeda e indica uma possível crise provocada pelo populismo cambial de Javier Milei. Nos EUA, o sanduíche custava US\$ 5,79; no Brasil, o valor cobrado era equivalente a US\$ 4,02.

No Brasil, a diferença entre o poder do salário mínimo na aquisição de um Big Mac em 30 anos mostra a valorização do piso salarial: compra-se hoje 22 Big Mac a mais, alta de cerca de 50%. Para uma (pseudo) elite que não quer empregada doméstica na Disney, aviões cheios, ou mesmo uma corriqueira barca que liga o Rio a Niterói sendo utilizada pela população menos abonada, a ideia de ver quem ganha salário mínimo frequentando o McDonald's é quase motivo de ir a protesto em Copacabana.

A coluna adverte

Evite comer Big Mac (e outras comidas ultraprocessadas) e dê preferência a comida de verdade.

Bandidos de estimação

Um otimista poderia dizer que reunir 18 mil pessoas numa manifestação, hoje em dia, pode ser considerado uma vitória. Dito isto, é pouco mais de 3% dos 500 mil esperados por Bolsonaro no ato pela impunidade.

Empreendedores da Uber

O Brasil é o líder mundial em número de motoristas e viagens da Uber. Com 1,4 milhão de cadastrados, consolidou-se como o maior mercado da empresa norte-americana.

Pânico na Faria Lima

Dos 7 índices de ações lançados pela Bolsa de Valores B3 em 2024, apenas um está no azul: o que cobre as ações das empresas estatais.

Rápidas

As centrais sindicais realizam, nesta terça-feira, protesto contra os juros altos, a partir das 10h, em frente à sede do Banco Central, na Avenida Paulista *** A escolha de não ter filhos inspirou a jornalista e doutoranda em Psicologia pela UFRRJ Amanda Dantas a escrever o livro *Sem filhos, sem culpa!* O lançamento será neste sábado, 17h, no Cozy Restaurante – Cozinha Afetiva, em Itaipava, Petrópolis – RJ *** O Dia Mundial da Síndrome de Down (21), terá uma ação no Teatro Popular Oscar Niemeyer, em Niterói (RJ), que receberá a 2ª Edição do Festival Din Down 2025, realizado pelo Instituto Gingas, sábado, 14h *** Neste sábado, 16h, o Espaço Cultural Sesc Flamengo (Rua Marquês de Abrantes, 99, RJ) receberá o espetáculo circense *Titânia*, que faz uma homenagem à força feminina. A apresentação é gratuita e com intérprete de libras, estrelada por Erika Mesquita *** Nesta quinta, 14h, acontecerá o evento “Elas & Negócios”, idealizado por Edineia Dutra e Lacyone Vasquez, para fortalecer o empreendedorismo feminino em Niterói. Inscrições no Sympla.

Novas regras para emendas parlamentares já estão em vigor

Atas de reuniões estarão disponíveis no site do Congresso

Foi publicada na edição desta segunda-feira do Diário Oficial da União (DOU) a Resolução 1/2025, do Congresso Nacional. O texto, aprovado pelos parlamentares em sessão conjunta na última quinta-feira, foi promulgado pelo presidente do Senado e do Congresso, Davi Alcolumbre, na sexta.

A nova lei altera a Resolução 1/2006, do Congresso Nacional, para estabelecer novas regras para a apresentação e indicação de emendas parlamentares, com o objetivo de aumentar a transparência e a eficiência na destinação de recursos públicos. A medi-

da busca adequar o rito de apresentação e indicação de emendas, com o estabelecimento de novas diretrizes e procedimentos.

Segundo a Agência Senado, um dos principais pontos da resolução é a obrigatoriedade de que as atas das reuniões que decidem sobre a apresentação, indicação e alteração de emendas sejam elaboradas em um sistema específico e disponibilizadas no site do Congresso Nacional, a fim de garantir o acesso público às informações.

Além disso, a nova lei estabelece que as emendas de comissão e de bancada estadual deverão ser acompanhadas de justificativas detalhadas,

que permitam avaliar os benefícios sociais e econômicos das propostas.

Poderão ser propostas, por comissão, até seis emendas de apropriação e duas de remanejamento. As bancadas poderão apresentar até 11 emendas, sendo três destinadas exclusivamente à continuidade de obras já iniciadas.

Outra mudança importante é a definição de limites para o valor das emendas individuais, que passam a ser de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior, com percentuais específicos para deputados e senadores.

A resolução também estabelece regras para as

emendas de bancada estadual, que deverão priorizar projetos de interesse nacional ou regional e evitar a destinação de recursos para entidades privadas, salvo em casos específicos.

Há a previsão, ainda, da criação de um sistema de avaliação de admissibilidade de emendas, com o objetivo de garantir que as propostas estejam em conformidade com as normas e diretrizes estabelecidas.

As novas regras entram em vigor na data de publicação da resolução, com exceção de alguns dispositivos que passarão a valer após a sanção da Lei Orçamentária de 2025 (PLN 26/2024).

Mercado reduz estimativas para crescimento da economia e inflação

As previsões do mercado financeiro para a expansão da economia e o índice de inflação em 2025 foram reduzidas, de acordo com a edição desta segunda-feira do Boletim Focus. A pesquisa é divulgada semanalmente pelo Banco Central com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Para este ano, a expectativa para o crescimento da economia caiu de 2,01% para 1,99%. Para 2026, a projeção para o Produto Interno Bruto passou de 1,7% para 1,6%. Para 2027 e 2028, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

Em 2024, a economia brasileira cresceu 3,4%. O resultado representa o quarto ano seguido de crescimento, sendo a maior expansão desde 2021, quando o PIB alcançou 4,8%.

A previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,98 para o fim deste ano. No fim de 2026, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 6. A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - caiu de 5,68% para 5,66% este ano. É a primeira redução na projeção após mais de 20 elevações.

Para 2026, a projeção da inflação subiu de 4,4% para 4,48%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 4% e 3,78%, respectivamente. A estimativa para 2025 está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Puxada pela alta da energia

elétrica, em fevereiro, a inflação oficial ficou em 1,31%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o maior resultado desde março de 2022, quando tinha marcado 1,62%, e o mais alto para um mês de fevereiro desde 2003 (1,57%). Em 12 meses, o IPCA soma 5,06%.

Segundo a Agência Brasil, em relação às próximas reuniões, o Copom já confirmou que elevará a Selic em um ponto percentual, para 14,25% ao ano, na reunião que ocorre esta semana, mas não informou se as altas continuarão na reunião de maio, apenas que observará a inflação.

Até o fim deste ano, a estimativa do mercado financeiro é que a taxa básica suba para 15% ao ano. Para 2026, 2027 e 2028, a previsão é que ela seja reduzida para 12,5% ao ano, 10,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente.

Segundo Pedro Ros, CEO da Referência Capital, a inflação esperada para 2025 recuou ligeiramente, mas ainda está acima da meta, justificando a postura mais restritiva do Banco Central. ‘O ajuste nos juros busca ancorar expectativas, mas pode desacelerar ainda mais o crescimento do PIB, que já sofreu uma leve revisão para baixo. O mercado segue atento ao equilíbrio entre controle inflacionário e impacto na atividade econômica. Um dos setores mais afetados será a construção civil, com a taxa de financiamento sendo elevada. Agora, mais do que nunca, o consórcio vira a melhor alternativa para a compra do imóvel, sendo possível dar um lance de apenas 30% e as prestações podem ser pagas com o próprio aluguel gerado através das plataformas de locação por temporada.’

Firjan Senai e Nissan lançam projeto envolvendo veículos eletrificados

A Firjan Senai Resende e Nissan lançaram, nesta segunda-feira, o ‘Projeto de Formação Profissional para Manutenção de Veículos Eletrificados’. Por meio da iniciativa, a fabricante japonesa de automóveis investirá R\$ 3,3 milhões até 2030 na qualificação gratuita de jovens e adultos dos municípios de Barra Mansa, Resende e Quatis.

‘Este é o primeiro curso gratuito do país voltado para a manutenção de veículos eletrificados, reafirmando o compromisso das instituições com a inovação, a sustentabilidade e a empregabilidade na região’, divulgou a Firjan. A unidade fabril da Nissan, localizada em Resende, completará 11 anos em abril e está em fase final de preparação para a produção de dois novos veículos utilitários esportivos (SUVs) e um motor turbo. Por meio do projeto, a Nissan reafirma seu compromisso com os Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em especial os relacionados à Educação de Qualidade (ODS 4) e ao Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8).

O vice-presidente da Firjan Sul Fluminense, Paulo Dinis, destacou a importância do projeto para o desenvolvimento tecnológico e econômico local. ‘Este um passo significativo rumo à mobilidade sustentável e à descarbonização do setor de transportes, alinhando-se às tendências globais que buscam um futuro mais verde e tecnológico. Sabemos que a transição para a mobilidade elétrica não é apenas uma questão tecnológica, mas também uma mudança cultural e econômica. Por isso, este projeto vai além da capacitação técnica: ele contribui para a construção de um futuro mais sustentável, reduzindo emissões de gases poluentes e promovendo a eficiência energética’, afirmou Dinis.

Philomena Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ/MF sob o nº 54.807.605/0001-18 - NIRE 35263722847

Ata da Reunião de Sócios Realizada em 24 de Fevereiro de 2025

1. **Data, Hora e Local:** Realizada aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de fevereiro de 2025, às 10h00, na sede social da Philomena Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. (“Sociedade”), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Av. Nove de Julho, nº 5593, sala 102, Jardim Paulista - CEP 01407-200, em conformidade com o art. 1.084, inciso II, do Código Civil, e o art. 5.1.3. Mensa: Sr. Ricardo Ruiz Troster - Presidente e Sr. Rodrigo Flavio Calfat Yazbek - Secretário. 4. **Ordem do Dia:** Reuniram-se os sócios da Sociedade para representar a totalidade do capital social da Sociedade, a saber: (i) **Ace Realty Construtora e Incorporadora Ltda.**, sociedade empresária limitada devidamente registrada na JUCESP sob NIRE nº 35.227.010.387, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.069.890/0001-90, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Av. Nove de Julho, nº 5519, Conj. 32, Jardim Paulista - CEP 01407-200, neste ato representada na forma de seu contrato social por **Rodrigo Flavio Calfat Yazbek**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 43.625.982-5 - SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 372.416.698-27, com endereço na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Padre João Manoel, nº 983, apto 21, Cerqueira Cesar - CEP 01411-001 e **Ricardo Ruiz Troster**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 33.055.108-5 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 371.138.588-56, com endereço na cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Balança, nº 68, Palos Verdes, Granja Viana - CEP 06709-665; e (ii) **Castaldi Riva Engenharia Ltda.**, sociedade empresária limitada devidamente registrada na JUCESP sob NIRE nº 35.232.472.741, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.104.475/0001-84, com sede na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Jacurici, nº 155, apto 171, Itaim Bibi - CEP 01453-030. 5. **Mesa:** Sr. Ricardo Ruiz Troster - Presidente e Sr. Rodrigo Flavio Calfat Yazbek - Secretário. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrado o rito, da qual se lavou a presente ata na forma de seu próprio teor, lida e achada conforme, foi por todos assinada, São Paulo, 24 de fevereiro de 2025. Mesa: **Ricardo Ruiz Troster** - Presidente, **Rodrigo Flavio Calfat Yazbek** - Secretário, **Sócios Presentes:** **Ace Realty Construtora e Incorporadora Ltda.**, p. Ricardo Ruiz Troster, **Castaldi Riva Engenharia Ltda.**, p. Vitor Castaldi.

SEU DIREITO

Investidores e aumento de recuperações judiciais no Brasil

Por Juliana Raffo e Carla Calzini

Não é novidade que o cenário pós-pandemia no Brasil trouxe um aumento expressivo de empresas em recuperação judicial – houve um crescimento de 79% nos pedidos de recuperação judicial de empresas no primeiro semestre de 2024, comparado ao mesmo período de 2023, especialmente nos setores varejista, de construção civil e de serviços. Casos icônicos, como os das Lojas Americanas, Polishop, Dia Supermercados e da Casa do Pão de Queijo, tomaram os jornais em 2024.

Mas, acompanhado desse movimento, aparece também, como em toda crise, uma possibilidade de negócios, especialmente para investidores com maior apetite por risco: o distressed M&A, ou seja, a compra e venda de empresas em situação financeira grave, com dívidas elevadas, baixa liquidez, ou de ativos empresariais dessas entidades, por preços atrativos e com altas expectativas de lucro no médio prazo.

Fundos de investimento e investidores estratégicos estão aproveitando essas condições para adquirir empresas em crise, com o objetivo de reestruturá-las e desenvolver modelos de negócios inovadores, fazendo uso de um valuation inferior aos múltiplos comparáveis de mercado. Por seu turno, o vendedor, em uma transação dessa natureza, objetiva reestruturar ou revitalizar sua empresa em dificuldades (no caso de recuperação judicial).

O distressed M&A atua em um nicho completamente distinto das típicas operações de fusões e aquisições (M&A) e ganhou força após a reforma da Lei de Recuperações Judiciais e Falências de 2020, que trouxe um cenário de afastamento de responsabilidade do comprador pelos passivos do vendedor, especialmente quando a transação ocorre por meio da figura conhecida como UPI (unidade produtiva isolada), que pode ser um ativo da empresa, um conjunto de ativos ou a própria aquisição da sociedade.

Essa proteção ao comprador, por outro lado, não existe nas operações típicas de aquisição de empresas que não estejam em recuperação judicial, nas quais, comumente, há o risco de sucessão das obrigações e responsabilidades do vendedor pelo comprador. Já para as empresas em recuperação judicial – e seus sócios, claro – é uma excelente oportunidade de se desfazer de uma operação de alto risco financeiro e de contaminação patrimonial, podendo dedicar seus esforços a outras ou novas linhas de negócios.

A UPI é mais segura também por passar por uma aprovação em assembleia e decisão judicial, de modo que discussões como uma possível fraude ou prejuízo a terceiros pela venda de ativos da empresa, que poderiam colocar a operação em risco, são altamente mitigadas, já que os ativos são alienados com a ciência dos interessados. Além disso, é exatamente essa alienação que gera caixa para pagamento a credores. Essa proteção é fundamental para atrair investidores, pois minimiza os riscos associados à aquisição.

A alienação por UPI precisa estar prevista no plano de recuperação judicial aprovado por credores e ser homologada judicialmente, passando, depois, por uma forma de “competição” entre possíveis adquirentes. Ainda assim, o Superior Tribunal de Justiça tem um interessante precedente, no caso da recuperação judicial da Delta Construções S.A., que permitiu a venda direta da UPI sem competição, uma vez que a estrutura da operação foi minuciosamente apresentada e aprovada pelos credores no plano de recuperação judicial.

Não é à toa, por exemplo, que muitas boutiques de M&A já contam com setores especializados nessa frente para assessorar clientes interessados nos riscos – mas também nos bônus – de operações dessa natureza. O que se verifica é que a realização de operações de distressed M&A, especialmente pelo uso das UPIs nos processos de recuperação judicial, se mostra não só viável, mas segura e um caminho a ser adotado por investidores que buscam ativos ou empresas em boas condições de funcionamento, pagando um preço mais baixo e podendo trazer sua expertise e cultura de mercado para o soerguimento financeiro e – claro – bons resultados nos negócios.

Transações no âmbito de um distressed M&A também envolvem a condução de uma due diligence na empresa-alvo e em seus ativos, ainda que em menor dimensão, sendo reforçada a importância da negociação do contrato de compra e venda, que deve refletir as peculiaridades do negócio, e da submissão da transação às autoridades, se aplicável, como ao Cade, por exemplo.

Na medida em que, na transação de distressed M&A estruturada por venda de UPI, os ativos adquiridos estão livres de riscos de responsabilização sucessória inerentes ao vendedor, é comum que as declarações e garantias, negociáveis como em qualquer transação de M&A, estejam limitadas a questões de ônus, propriedade e obrigações propter rem.

Outro ponto característico desse tipo de transação é que os compradores busquem segurança por meio de estruturas alternativas às clássicas cláusulas de indenização, adotando, por exemplo, os formatos de escrow ou retenção do preço de compra (holdback) sobre os ativos remanescentes dos vendedores, ou ainda garantias de terceiros, exatamente devido à falta de crédito dos vendedores em situação recuperacional ou falimentar.

Com o cenário de mercado atual, o distressed M&A, ainda que possa parecer um desafio diante de sua especificidade, representa uma oportunidade viável e promissora para empresas que se encontram em crise e para investidores. No entanto, demanda, claro, atenção especializada tanto dos potenciais compradores quanto dos vendedores.

Juliana Raffo é especialista em direito civil, processual civil e direito empresarial no Brigranti Advogados.

Carla Calzini é sócia de Societário e M&A no Brigranti Advogados.

Janeiro teve queda em vendas e locações de imóveis em SP

Em janeiro, o Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (Creci-SP) realizou estudo com 5.563 imobiliárias de todo o estado, com o intuito de revelar como estão as vendas e locações de casas e apartamentos residenciais usados em todo a unidade federativa. O levantamento mostrou que, na comparação com dezembro, houve queda de 23,82% no volume de vendas e de 3,53 nas locações.

Somados os financiamentos concedidos pela Caixa (38,5%) e pelos demais bancos (19,7%) responderam por 58,2% dos negócios realizados em janeiro em todo o estado. Na sequência, vieram as vendas feitas à vista, com 24%, o parcelamento feito diretamente pelos proprietários, com 16,6%, e os negócios feitos por meio de consórcios, com 1,2%.

A pesquisa registrou que 46% das vendas eram de casas e 54% de apartamentos, de acordo com as imobiliárias consultadas. Os compradores buscaram, preferencialmente, por imóveis na faixa de preço entre R\$ 200 mil e R\$ 300 mil.

Tanto as casas quanto os apartamentos mais vendidos nesse período tinham dois dormitórios e no que se refere à área útil, ela variou entre 50 m² e 100 m² para as casas e até 50 m² para os apartamentos. A maioria dos imóveis negociados (50,2%) estava situada na periferia das cidades consultadas pela pesquisa.

“Os resultados de janeiro refletem um cenário desafiador no mercado imobiliário residencial do Estado de São Paulo”, comentou o presi-

dente do Conselho, José Augusto Viana Neto.

Segundo ele, “a queda de 23,82% nas vendas e de 3,53% nas locações, comparadas ao mês anterior, evidenciam um período de ajustes e adaptações no setor. É interessante observar que os financiamentos, especialmente os concedidos pela Caixa e demais bancos, foram responsáveis por mais da metade dos negócios realizados, indicando a importância crucial do crédito imobiliário neste contexto.”

Viana enfatizou, ainda, que “a preferência dos compradores por imóveis na faixa de preço entre R\$ 200 mil e R\$ 300 mil, predominantemente com dois dormitórios e localizados na periferia das cidades, também revela uma tendência de busca por moradias acessíveis e bem localizadas. Este panorama reforça a necessidade contínua de políticas e estratégias que apoiem o acesso à moradia digna e sustentável para todos os paulistas.”

Ainda segundo o levantamento, a maioria dos inquilinos assinou contratos de locação de imóveis com valores entre R\$ 1.000 e R\$ 1.500 (25,7%) e 55,3% das propriedades alugadas estavam situadas na periferia.

No ranking das garantias locatícias, a figura do fiador permanece firma na liderança, com 68,4% das preferências dos novos inquilinos. Na sequência, aparecem o seguro fiança, com 13,1%, e o depósito caução, com 10,7%.

Houve queda no volume de casas e apartamentos alugados em janeiro na comparação com dezembro. Segundo as imobiliárias que

participaram da pesquisa, o percentual reduziu 3,53% em relação ao mês anterior. Em 41,7% dos cancelamentos de contratos de locação ocorridos em janeiro, os inquilinos optaram pela mudança para aluguéis mais baratos; 21,4% foram para aluguéis mais caros e 36,9% se mudaram sem dar justificativa. E os locatários escolheram, em sua maioria, casas e apartamentos com dois dormitórios e área útil de 50 m² a 100 m².

Já no Rio, estudo mensal da APSA sobre o valor de aluguéis apontou que janeiro registrou aumento médio de 0,27% nos preços anunciados. O crescimento acumulado é de 24,17% nos últimos 12 meses. O valor do metro quadrado médio está em R\$ 49,93.

Dos 17 bairros analisados, 11 tiveram o preço do metro quadrado para locação maior em janeiro, em relação a dezembro. O estudo foi realizado a partir de 3 mil ofertas de imóveis para alugar, de apartamentos de um a três dormitórios nos principais bairros. Os bairros de Vila Isabel, Flamengo e Rio Comprido registraram os maiores acréscimos, com 9,81%, 6,10% e 4,94%, respectivamente, em comparação com o mês de dezembro. Dentre os bairros com maior percentual de redução, destaque para Catete (-7,71%), Laranjeiras (-6,16%) e Leme (-4,15%).

Outro dado que merece destaque é a velocidade em que os imóveis estão sendo alugados. Na Tijuca, o tempo médio para fazer a locação de um imóvel em janeiro de 2025, foi de 15 dias. Em 2024 levava 43 dias.

Em Copacabana, o tem-

po médio foi de 13 dias e era de 37 dias em 2024. Em Botafogo, foi de 11 dias, enquanto no ano anterior a média foi de 23 dias. E na Barra da Tijuca, os imóveis foram alugados em 19 dias. A média anterior era de 42.

A taxa de vacância média no Rio de Janeiro, que mostra o percentual de imóveis desocupados, dentre os que são do mercado de locação, em janeiro chegou a 6,4%. Por regiões, a taxa é mais diversificada. Na Barra da Tijuca e adjacências, a taxa chegou a 11,4% foi de 4,9%, na Tijuca e suas adjacências. Na Zona Sul, a taxa é de 4,4%.

“A recente elevação da taxa Selic para 13,25% ao ano influencia este cenário de aumento dos preços, devido a maior procura, num momento em que há baixa oferta de imóveis para locação. Como o aumento da taxa básica de juros encarece o crédito e reduz a atratividade do financiamento, muitas pessoas adiam o sonho da casa própria e pagam aluguel. Além disso, há também aqueles que mesmo tendo renda para comprar o imóvel, preferem alugar o imóvel pra viver e manter o dinheiro aplicado em investimentos, já que os juros mais altos levam a oferta de rendimentos maiores também. Pra eles, o aluguel é uma alternativa financeiramente interessante. Por isso, com demanda forte para a locação e oferta reduzida de imóveis disponíveis para alugar na cidade, os preços aumentaram”, comenta Leonardo Schneider, diretor-superintendente da APSA e vice-presidente do Secovi-Rio (Sindicato da Habitação).

Varejo e setor de serviços mostraram retomada no mês passado

O IGet, índice desenvolvido pelo departamento econômico do Santander no Brasil em parceria com a Getnet, mostrou resultados positivos em fevereiro de 2025.

De acordo com os dados divulgados, o IGet Serviços avançou 2,4% em fevereiro frente a janeiro, após estabilidade registrada no mês anterior. Contudo, no comparativo anual, houve um leve recuo de 0,5%. O setor de alojamento e alimentação recuou -0,7%, terceira queda consecutiva do indicador, enquanto os demais serviços avançaram 1,3%.

O IGet Varejo Ampliado, que considera o desempenho geral do comércio varejista incluindo automóveis e materiais de construção, cresceu 1,3% no mês, após registrar

queda de -0,8% em janeiro. Na comparação anual, o índice apresentou uma alta de 5,2%. Já o IGet Varejo Restrito, indicador que exclui veículos e materiais de construção, acelerou ainda mais, com crescimento mensal de 2,1% e expansão anual de 6,1%.

No varejo restrito, apenas o segmento de vestuário registrou desempenho negativo -0,8%. Por outro lado, destacaram-se positivamente outros bens de uso pessoal 10,4%, móveis e eletrodomésticos 8,0% e artigos farmacêuticos 2,5%. No índice ampliado, o segmento de automóveis, partes e peças teve crescimento de 3,3%, enquanto os materiais de construção ficaram próximos da estabilidade 0,1%.

Já segundo levantamento da

Nuvemshop, as pequenas e médias empresas (PMEs) – companhias com faturamento anual de até R\$ 90 milhões, conforme classificação do Governo Federal, registraram, pelo segundo ano consecutivo, crescimento nas vendas online em 2024.

Conforme o estudo, o montante movimentado foi de R\$ 4,7 bilhões, um aumento de 42% em relação ao ano anterior. O estudo mostra ainda que essas plataformas somaram mais de sete milhões de clientes e venderam 73 milhões de produtos, um crescimento de 30% a mais que em 2023.

Com um tíquete médio de R\$ 247,60, quase um quarto das vendas (24%) foram geradas em redes sociais, sentindo o Instagram responsável por 89% dessas operações. Entre os estados, São Paulo

liderou o faturamento, com R\$ 2,3 bilhões. Em seguida, aparece Minas Gerais (R\$ 469 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 356,5 milhões), Santa Catarina (R\$ 325,5 milhões) e Ceará (R\$ 260 milhões).

As categorias mais buscadas em 2024 somaram 19 milhões de pedidos, um aumento de 41% na comparação com 2023. Os segmentos mais buscados ao longo de 2024 foram moda (R\$ 1,6 bilhão); saúde & beleza (R\$ 442,5 milhões); acessórios (R\$ 294 milhões); e casa & jardim (R\$ 206,5 milhões).

Ainda segundo os dados da Nuvemshop, em relação à forma de pagamento, o Pix foi a preferência de 46% das compras, enquanto o cartão de crédito representou 45% das transações.

Edital

Eleições ABI - triênio 2025-2028

A Comissão Eleitoral 2025 da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI), aprovada no Conselho Deliberativo no dia 24/02/2025, em cumprimento aos artigos 20 e 21 do Estatuto, combinado com o artigo 19 do Regulamento Eleitoral, faz saber ao corpo social que as eleições para eleger os membros da (a) Diretoria Executiva (7 integrantes); e dos Conselhos (b) Deliberativo (15 efetivos e 15 suplentes), (c) Consultivo (7 integrantes) e (d) Fiscal (7 integrantes), para o mandato 2025-2028 está marcada para o dia 25 de abril de 2025, sexta-feira, de 10 às 20 horas, através de voto em papel ou voto eletrônico. O processo eleitoral obedecerá ao seguinte calendário: 1. Inscrição de chapas: de 25 de março até às 18 horas do dia 4 de abril de 2025, através do endereço eletrônico: comissaoeleitoral2025@abi.org.br; 2. Prazo para substituição de candidaturas impugnadas pela Comissão Eleitoral: do dia 7 até às 18 horas do dia 8 de abril; 3. Divulgação pela Comissão Eleitoral das candidaturas registradas pelas Chapas: 19 horas do dia 8 de abril; 4. Prazo para impugnação de candidaturas registradas pelas Chapas, pelos associados da ABI: do dia 9 até às 18 horas do dia 16 de abril; 5. Divulgação pela Comissão Eleitoral da listagem final de candidaturas registradas pelas Chapas: 19 horas do dia 16 de abril; 6. Prazo para os associados inadimplentes - que vão usar a votação eletrônica - acertarem os pagamentos, em atraso: 17 de abril, com envio de comprovante de pagamento até às 18 horas desse mesmo dia. Os que vão votar em papel, no prédio sede, os atrasados podem ser quitados momentos antes de exercerem o direito de voto; 7. Enviar mensagem para tesouraria@abi.org.br para solicitar atualização de situação financeira e enviar comprovantes de pagamentos; 8. Atenção! O contato com a Comissão Eleitoral deve ser realizado pelo e-mail: comissaoeleitoral2025@abi.org.br. Rio de Janeiro, 18 de março de 2025.

Comissão Eleitoral
Moyés Corrêa (Presidente)
Fátima Lacerda
Rogério Marques

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI)

ELEIÇÕES 2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ÀSSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do artigo 20 do Estatuto da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI), são convocados os associados quites com suas obrigações estatutárias para reunirem-se em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO) nos dias 24 e 25 de abril do corrente ano, da forma a seguir: 1º DIA/QUINTA-FEIRA - 24/04/25, às 10 horas da manhã, através de um sistema híbrido, presencial no auditório do nono andar do prédio sede e através da plataforma de teleconferências Zoom, para analisar e deliberar sobre a seguinte pauta: 1) receber e aprovar as demonstrações financeiras, a previsão orçamentária e o Parecer do Conselho Fiscal; 2) receber o Relatório da Diretoria, com parecer do Conselho Deliberativo; 2º DIA/SEXTA-FEIRA - 25/04/25, das 10 às 20 horas, através do voto em papel ou voto eletrônico, eleger para o mandato 2025-2028, os membros da Diretoria (7 integrantes); do Conselho Deliberativo (15 efetivos e 15 suplentes), do Conselho Consultivo (7 integrantes) e do Conselho Fiscal (7 integrantes); Para participar da AGO (24/04), via plataforma ZOOM, os associados devem acertar o pagamento até 17 de abril, com o envio do comprovante até às 18 horas desse mesmo dia para o e-mail tesouraria@abi.org.br. Os que vão participar da AGO presencialmente podem quitar seus débitos momentos antes do início da Assembleia. Rio de Janeiro, 18 de março de 2025.

Marcos Gomes
Presidente do Conselho Deliberativo

Previdência privada acumula R\$ 1,6 tri em ativos

Montante equivale a 13,4% do PIB

A previdência privada aberta vem apresentando crescimento. De acordo com o último relatório realizado pela Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprevi), em janeiro de 2025 os planos administravam R\$ 1,6 trilhão em ativos, o que equivale a 13,4% do PIB do Brasil. O montante representa a evolução de 12,4% quando comparado ao mesmo mês do ano passado.

O relatório cita que esses valores são resultado do esforço de 11,2 milhões

de pessoas, cerca de 7% da população com 18 anos ou mais no país. Ao separar por modalidade, cerca de 80% dos participantes estavam em planos individuais e os outros 20% em coletivos.

Ao todo, em janeiro de 2025, eram 13,6 milhões de planos de previdência privada aberta. Desses, 99,4% estão em fase de acumulação, o que evidencia o quanto é jovem ainda o setor e seu potencial de crescimento.

Captação líquida

Destinchando os últimos

resultados, o setor arrecadou R\$ 195 bilhões, uma alta de 12,9%, enquanto os resgates subiram 9%, somando R\$ 138 bilhões. A captação líquida - que é o resultado dos prêmios e contribuições menos os resgates -, traz o maior percentual: foi de R\$ 57 bilhões, uma expansão de 23,4%. Todos os números correspondem ao acumulado no intervalo de doze meses (Jan/24 a Jan/25), sendo a base da comparação percentual o primeiro mês de 2024.

O Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) lidera em planos e nos apor-

tes. Apenas no primeiro mês de 2025 o segmento arrecadou R\$ 15,4 bilhões. Já os resgates somaram R\$ 14,3 bilhões, resultando numa captação líquida superior a R\$ 1 bilhão, no mês.

Considerando ainda somente o resultado de janeiro, foram arrecadados R\$ 14,5 bilhões nos planos VGBL (correspondendo a 94,4% da captação bruta), e R\$ 650 milhões nos planos PGBL (4,2%). Outros R\$ 210 milhões (1,4%) são referentes aos planos tradicionais.

CVM diz ter concluído mais de 80% das metas de finanças sustentáveis

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou nesta segunda-feira (17), o Relatório de Execução do Plano de Ação de Finanças Sustentáveis referente ao biênio 2023-2024, que apresenta os resultados obtidos no período com o objetivo de estimular a integração de práticas de sustentabilidade no mercado de capitais e fomentar a adoção de padrões ASG (Ambientais, Sociais e de Governança).

O documento mostra que 14 das 17 iniciativas propostas foram integralmente concluídas (82,35%), e outras 3 foram parcialmente atendidas (17,65%). O relatório ainda detalha os resultados obtidos, as metas atingidas, além de analisar os principais desafios na execução do plano, baseado nas diretrizes da Política de Finanças Sustentáveis. Os

materiais (política, plano de ação e relatório de execução) foram elaborados pela Superintendência de Orientação aos Investidores e Finanças Sustentáveis (SOI/CVM).

“O primeiro relatório de execução do Plano de Ação de Finanças Sustentáveis da CVM mostra que a autarquia está no caminho certo no compromisso de promover as práticas ASG, além de representar avanços significativos na consolidação da sustentabilidade no mercado de capitais brasileiro”, diz Nathalie Vidual, superintendente de Orientação aos Investidores e Finanças Sustentáveis da CVM (SOI/CVM).

Segundo ele, o trabalho da SOI, junto às demais Superintendências da CVM, conseguiu concluir 14 das 17 metas estabelecidas para 2023-2024. “Agora, a conti-

nuidade da implementação do plano para 2025-2026 é essencial garantir que a CVM se mantenha na vanguarda no âmbito das finanças sustentáveis.”

Avanços

Dentre as metas alcançadas no biênio, a CVM destaca a Resolução CVM 193, que foi a primeira entrega do Plano de Ação. A norma passou a permitir, de forma voluntária, para companhias abertas, fundidos de investimento e companhias securitizadoras, a elaboração e divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade com base no padrão internacional (IFRS S1 e S2) emitido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB).

“A medida colocou o Brasil no protagonismo

mundial sobre o tema, e a CVM recebeu, em novembro do ano passado, o prêmio ISAR Honours 2024, da Organização das Nações Unidas (ONU), que destaca organizações que se empenham em promover e harmonizar relatórios de sustentabilidade e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no cenário global”.

Além desta entrega, outros destaques foram a edição de norma específica do FIAGRO, o Plano de Integridade CVM, a edição da Orientação CPC 10 – Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO), a regulamentação dos Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem – ProRecycle e a capacitação de servidores da Autarquia em Finanças Sustentáveis.

BC comunica ocorrência de insegurança com chaves Pix

O Banco Central do Brasil (BC) informou nesta segunda-feira a ocorrência de incidente de segurança com dados pessoais vinculados a chaves Pix sob a guarda e a responsabilidade da QI Sociedade de Crédito Direto S.A (QI SCD), em razão de falhas pontuais em sistemas dessa instituição. Os dados cadastrais expostos são vinculados a 25.349 chaves Pix. A ocorrência ocorreu de 23 de fevereiro a 6 de março de 2025.

A QI SCD é uma instituição financeira que atua

como Sociedade de Crédito Direto (SCD). Ela foi autorizada pelo Banco Central do Brasil a realizar operações de crédito e fornecer infraestrutura tecnológica para serviços financeiros.

“O BC informa que foram adotadas as ações necessárias para a apuração detalhada do caso e serão aplicadas as medidas sancionadoras previstas na regulação vigente”, acrescentou a autoridade monetária em nota.

Segundo o BC, não foram expostos dados sen-

síveis, tais como senhas, informações de movimentações ou saldos financeiros em contas transacionais, ou quaisquer outras informações sob sigilo bancário. As informações obtidas são de natureza cadastral, que não permitem movimentação de recursos, nem acesso às contas ou a outras informações financeiras.

O BC informou que as pessoas que tiveram seus dados cadastrais obtidos a partir do incidente serão notificadas exclusivamente por meio do aplicativo ou

pelo internet banking de sua instituição de relacionamento. Nem o BC nem as instituições participantes usarão quaisquer outros meios de comunicação aos usuários afetados, tais como aplicativos de mensagens, chamadas telefônicas, SMS ou e-mail.

Mesmo não sendo exigido pela legislação vigente, por conta do baixo impacto potencial para os usuários, o BC decidiu comunicar o evento à sociedade, à vista do compromisso com a transparência que rege sua atuação.

Municípios de SP são os que mais receberam tributos da Petrobras

Os dez municípios brasileiros mais beneficiados com o pagamento de tributos pela Petrobras foram responsáveis por 68% do total recolhido. São Paulo foi o estado da federação com o maior valor recolhido pela Petrobras, R\$ 23,4 bilhões, o que corresponde a 10,7% do total de ICMS arrecadado pelo estado. Dos dez municípios, três são do estado de São Paulo (Paulínia, Cubatão e São Sebastião).

O destaque principal ficou para Paulínia, sexta cidade do ranking, que aumentou a arrecadação de R\$ 38,2 milhões em 2023 para R\$ 82,8 milhões em 2024. Além de Paulínia, Cubatão e São Sebastião também aparecem no Top 10, na segunda e quinta posição, com R\$ 97,8 milhões e R\$ 82,9 milhões, respectivamente.

A Petrobras pagou, em média, R\$ 1,1 bilhão por dia útil na forma de tributos (próprios e retidos) e participações governamentais (PGOV) no Brasil em 2024. O total recolhido pela empresa no ano passado foi de mais de R\$ 270,3 bilhões. A companhia é uma das principais contribuintes do país, sendo responsável por aproximadamente 7% da arrecadação total brasileira.

Na esfera federal, a companhia contribui com 6% do recolhimento nacional, enquanto, nos estados, essa participação corresponde a cerca de 13% do total arrecadado. Ao longo dos últimos cinco anos, a companhia pagou mais de R\$ 1,1 trilhão em tributos e Participações Governamentais no Brasil, valor distribuído entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios.

Recolhimento

Em 2024, foram recolhidos R\$ 62 bilhões em participações governamentais. Os valores de PGOV pagos são formados, majoritariamente, por royalties (R\$ 38,1 bilhões) e participação especial (R\$ 23,6 bilhões). Com base em dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), só a Petrobras é responsável por 65% na distribuição de Participação Especial e Royalties no ano passado.

“O valor de mais de R\$ 270 bilhões pagos aos cofres públicos em 2024 foi o segundo maior nos últimos 10 anos. A Petrobras está presente em 22 estados e 128 municípios brasileiros e temos orgulho em contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do nosso país. A publicação do Relatório Fiscal reflete os princípios sólidos de ética, integridade, transparência, eficiência e responsabilidade social que norteiam a nossa gestão tributária”, afirma o diretor Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Fernando Melgarejo.

Os recolhimentos realizados pela Petrobras abrangem tributos próprios, oriundos das suas operações e retidos de terceiros nas condições de responsável tributário e substituto tributário, uma vez que a Petrobras retém tributos nas operações comerciais com clientes e fornecedores, conforme estabelecido na legislação brasileira. Os recolhimentos também envolvem as participações governamentais, que são compensações financeiras pagas pelas empresas que exploram e produzem petróleo e gás natural no território brasileiro.

Banco do Brasil apresenta

Música no Museu

Concertos de Verão

Janeiro
Fevereiro
Março
2025

Realização: CARPEN, Apoio Cultural: Sesc, Monitor Mercantil, CCBB, GOVERNO FEDERAL

